

## **5 de Outubro de 1910: afinal, o que estamos a comemorar?**

Devo começar por fazer uma declaração de princípio: sou monárquico. Aliás, quanto mais idade tenho, mais me sinto profundamente monárquico.

Vem isto a respeito do centenário da implantação da república portuguesa, que se assinala no próximo dia 5 de Outubro, e das *comemorações* que o poder político instalado tem promovido, essencialmente em busca da legitimação popular de um regime que, na verdade, nunca foi sufragado.

Convirá recordar que Portugal, no dia 4 de Outubro de 1910, era uma monarquia constitucional e parlamentar com um chefe de Estado legítimo e como tal reconhecido interna e externamente. Desde a sua primeira constituição, datada de 1822, Portugal viveu, com algumas interrupções, num regime político em que já vigorava a separação de poderes, com deputados eleitos por sufrágio, ainda que este fosse censitário e numa primeira fase também indirecto. E tanto na monarquia constitucional, como em toda a época anterior, o rei só efectivamente o era depois de aclamado, numa cerimónia que foi sofrendo algumas alterações ao longo dos tempos, mas que manteve durante oito séculos a sua essência: a de um pacto sempre renovado entre o monarca e o seu povo. A dimensão popular da aclamação constituía, por isso, um aspecto crucial que legitimava a monarquia tanto na sua continuidade histórica, como no tempo concreto de cada sucessão.

Bem vistas as coisas, não obstante o que algumas mentes pretendem induzir, monarquia e democracia não são incompatíveis. Pelo contrário, os regimes monárquicos da moderna Europa – Inglaterra, Bélgica, Holanda, Dinamarca, Luxemburgo, Suécia, Noruega e a vizinha Espanha (e ainda os casos específicos do Mónaco e do Liechtenstein) – são das democracias mais desenvolvidas do mundo, ao passo que foi sob a forma republicana que floresceram alguns dos mais duros regimes totalitários do século XX.

A república *proclamada* em 1910 nasceu de uma revolução conduzida por um grupo minoritário, anárquico, com uma restrita adesão popular. E teve na sua génese – não esqueçamos – o assassinato, dois anos antes, de um chefe de Estado legítimo, num acto bárbaro que chocou Portugal e as nações de então e no qual perdeu igualmente a vida um jovem príncipe nas vésperas de completar 21 anos de idade. As trágicas mortes de D. Carlos e de D. Luís Filipe ensombram de forma irreparável a república portuguesa.

Se é certo que o ambiente político anterior não era isento de dificuldades, com o 5 de Outubro de 1910 Portugal conheceu alguns factos que os celebrantes do centenário teimam em deturpar ou fazer esquecer: atrás da propalada liberdade de expressão, existia na prática uma forte vigilância da imprensa, sucedendo-se os assaltos aos jornais, as apreensões, as perseguições aos ardinas, a punição exemplar dos delitos de opinião; encetou-se uma violenta

repressão, em especial religiosa com vários membros do clero sujeitos à prisão, à tortura e à morte; destruiu-se um sistema de ensino sem se criar uma verdadeira alternativa; de imediato se publicaram leis que consideravam grave infracção qualquer injúria ao hino, à bandeira ou ao presidente da república, quando durante a monarquia antecedente políticos republicanos ofendiam expressamente os símbolos nacionais vigentes e o próprio rei; a suposta criação do sufrágio universal constituiu uma falácia, pois em 1913 excluiu-se expressamente o direito de voto das mulheres e reduziu-se o número de cidadãos eleitores.

Neste século de existência, a república trouxe a Portugal 16 anos de absoluto caos, de permanentes guerrilhas, de crimes que incluíram o homicídio do presidente Sidónio Pais; seguiram-se 48 anos de Estado Novo, que os aniversariantes de hoje fingem não fazer parte da mesma república que pretendem celebrar; e tem continuado com 36 anos de um país à deriva, sem soluções, sem dinheiro, sem justiça, sem educação, sem amor-próprio, cada vez mais esmagado por uma classe política impreparada, prepotente e quase sempre destituída de sentido de Estado.

Afinal de contas – é caso para perguntar – o que estamos nós a comemorar? Mais do que de celebrações destituídas de conteúdo e significado, Portugal precisa, a meu ver, de uma profunda reflexão sobre o futuro que os portugueses querem construir para si próprios.

João Bernardo Galvão Teles  
Deputado da Assembleia Municipal de Alenquer  
Independente eleito pelo CDS/PP na CPNT  
[galvaoteles@pelanossaterra.net](mailto:galvaoteles@pelanossaterra.net)